

José Barata-Moura  
(Universidade de Lisboa)

DAS *POLÍTICAS*  
DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR  
À *POLÍTICA*  
DO FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO<sup>1</sup>.

§ 1. *Abreviado intróito.*

O título é longo, e a jornada espinhosa. Por isso, abrevio o intróito.

Começo por agradecer o amável e generoso convite para, em tão lustrosa companhia, proferir esta intervenção.

Quero, do mesmo passo, saudar o cometimento dos organizadores -- em especial, na pessoa do Professor Eduardo Paz Ferreira e da Professora Maria Luísa Machado Cerdeira --; ou seja, a iniciativa, a vários títulos meritória, de promover um debate alargado, aberto e fundamentado, sobre o financiamento do ensino superior.

Penitencio-me também -- de entrada, e antecipadamente -- pelo eventual incómodo, ou desmancho de prazeres, que as minhas palavras possam causar, tanto pelo pendor (em que um certo gosto filosofante se insinua), como, mais prosaicamente, e *sans phrase*, pelo seu conteúdo.

Gostaria, enfim, que esta peroração não fosse tomada como exercício deslocado de uma espécie *sui generis* de memorialismo «d'outre-tombe» -- ao

---

<sup>1</sup> O presente texto serviu de base a uma comunicação efectuada em 12 de Outubro de 2009, no âmbito da Conferência Internacional «O Financiamento do Ensino Superior: a crise actual e perspectivas de futuro», promovida -- sob os auspícios da Universidade de Lisboa, e na sua Reitoria levada a cabo -- pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro, e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

qual, como o próprio François-Auguste Chateaubriand recorda, não deixa, por vezes, de pender em associação a triste qualidade da *sottise*: da asneira ou do «disparate».

Peço-vos, pois, que esta fala seja acolhida, tão-só, como o limitado contributo de um cidadão que não abdica de procurar ir pensando.

## § 2. *As políticas e a política.*

Habitualmente -- em Portugal, e não só --, quando se trata da abordagem destas matérias, manifestamos uma predilecção (não excessiva) por *discutir as políticas* (cousa, em qualquer caso, justificada e necessária), mas propendemos menos, e por defeito, a *pensar a política* que lhes está subjacente, e lhes desenha o horizonte.

É, por assim dizer, uma escolha liminar quanto ao ângulo que delimita o campo da perspectiva, uma opção geográfico-turística quanto às vistas a oferecer em panorama, uma decisão urbanística quanto ao sítio aonde se vai implantar o miradouro ...

*As políticas* de financiamento do ensino superior público prendem-se de modo directo com as vias, os instrumentos, e as regras, para captar e canalizar para o sistema -- bem como para distribuir no interior dele, nos seus diferentes patamares -- os *meios financeiros* requeridos para assegurar o curso regular do seu *funcionamento* (à luz de determinados padrões de qualidade aceites, e/ou de um quadro de disponibilidades julgadas reunidas, ou reuníveis), e para promover a sustentação do seu *desenvolvimento* (desejavelmente, posto que a atabafante asfixia da mera «sobrevivência» só dificilmente o permite encarar, num marco estratégico de investimento com respiração temporal de prazo mais dilatado do que ... o curto).

Em particular, com vista ao abastecimento da alimentação financeira, *as políticas* debruçam-se tendencialmente sobre o esforço financeiro agregado requerido para a manutenção, persistência, e projecção do sistema, no sentido de equacionar, de estabelecer, e de incrementar, a sua *chave social de repartição*.

Designadamente, é neste âmbito que a tipologia da composição dos meios de financiamento, quanto à sua origem, costuma apresentar-se repartida entre fundos provenientes: do Orçamento de Estado, do pagamento directo por parte de estudantes ou famílias, de dotações privadas (incidentais, e/ou contratualizadas), da venda de bens e serviços, de proventos marginais na contratação de pesquisa e de desenvolvimento de aplicações tecnológicas, de rendas várias de locação ou de utilização de outros activos, etc. -- para não falar de rentabilizações da «marca» ao nível do *merchandising*, de alienação de património, ou de réditos de operações financeiras (correntes, e extraordinárias) efectuadas nas praças.

Atender com lucidez estratégica, e com competência técnica sistémica, a todas estas dimensões, e às suas dinâmicas, é, sem dúvida, fundamental e imprescindível.

No entanto, considerar apenas este âmbito das *políticas* -- no registo casuístico e quotidiano da sua facticidade empírica, isto é, no eixo do acontecer em que sucessivamente vão ocorrendo, com todo o rendilhado (não despiciendo) dos seus pormenores, subtilidades, e vicissitudes -- não será porventura suficiente.

Desde logo, na larga medida em que essas *políticas* são -- a montante, desde o fundo, e na sua própria circunstância e figura -- determinadas por *a política* que enforma, sustenta e rege o financiamento do ensino superior público.

E pelo designativo «*a política*» entendo aqui, não apenas as orientações (programáticas) dos governos, dos parlamentos, e das administrações -- bem como a fenomenalização das suas práticas (não raro, menos consonantes umas com as outras do que seria expectável) --, mas, de um modo muito mais amplo, e enquanto totalidade concreta:

a maneira *consequente* -- isto é, com expressão institucionalizada e com disponibilização de recursos -- como a comunidade *politicamente* organizada concebe, representa, assume, e exerce, a sua *relação* material histórica com a *função social* que o ensino superior público desempenha.

### § 3. *Uma desastrada invocação da ontologia.*

Aqui chegados, confesso a minha desastrada incapacidade para evitar algumas irritações e alginas (de todo indesejadas, porém) que o meu discurso possa induzir em paredes estomacais mais sensíveis, ou menos acostumadas à frequência de certos temperos picantes.

É que, na verdade, convém não perder de vista toda uma envolveria ontológica histórica -- que, apesar de, a cada passo, continuamente presente e actuante, teimamos em manter fechada no recato e no resguardo de umas quantas gavetas perdidas do espírito, onde vai acumulando pó (por falta de manifesta circulação do ar, e de espanejamento periódico), e onde, jazendo aferrolhada, vai fazendo adiar, para manso esquecimento tido por benvindo, inquietações e sobressaltos supervenientes.

Apesar de sermos «escola» -- um termo que vem do grego σχολή, que os latinos traduziram por *otium* --, o nosso «negócio», o campo da nossa ocupação e interesse, é a educação. Todavia, tomamo-la em regra como um instituto que, pela familiaridade habitual da sua presença, não carece de questionamento. Trabalhamos na educação, mas não interrogamos muito o seu embasamento e a sua função.

E a pergunta, aliás, poderia ser radicalizada.

Em princípio, ao que parece e tudo indica, estamos vivos.

Mas -- do ponto de vista ontogenético, e filogenético --, na realidade, que andamos nós cá a fazer ?

Arriscando, de sopetão, para uma demanda tão abstrusa, um respondimento genérico (susceptível embora de despertar, em certas orelhas mais perspicazes, a identificação reprovadora de alguns harmónicos de pedantismo), diria que a nossa destinação de humanos -- nas variadíssimas manifestações concretas por que o nosso viver se materializa -- não é porventura mais do que *inscrever* o selo, a marca, o cunho, da nossa *humanidade* no corpo deveniente das realidades.

O *ser* humano é um processo de configuração humana, *trabalhada*, do ser, através dos mais variados institutos e actuações por que se vai operando a *escritura* da história.

Os processos da *hominização* não são apenas endógenos; descrevem e desenvolvem também um largo processo de *humanização* do real, e das próprias relações sociais que, na base dos intercâmbios com ele mantidos, se estabelecem, desdobram, e transformam.

É por isso que, com desarmante rigor, somos -- tanto por grosso, como nos meandros do retalho -- *ingredientes e agentes* da história do ser.

É desta constitutiva dimensão de *cultivo* que a educação fala, e cura -- enquanto sinal e operador de uma *habitação conjunta* do mundo que, do mesmo passo, o vai afeiçoando.

Todo o sentido e determinação da *cultura* -- no leque mais alargado das suas manifestações, resultados patrimoniais depositados, e *possibilidades* -- arranca desta circunstância ontológica constitutiva.

É disso também que a civilização, que as civilizações, -- tanto na perspectiva diacrónica como na sincrónica -- vão dando testemunho.

#### § 4. *O cultivo científico dos saberes como responsabilidade social.*

Saltando embora por cima de muitas *mediações* necessárias -- de que se revelaria descabido ensaiar aqui um esboço sequer --, será lícito reconhecer o lugar e o papel que em todo este longo processo advém ao *cultivo científico dos saberes*: como sedimentação do conhecimento em forma fundamentada e utilizável, como tarefa inconclusa de o estender e aprofundar, como sondagem *crítica e consistente* do leque de possibilidades reais que cada existência adiante de si projecta.

Nas sociedades contemporâneas, o *cultivo científico dos saberes* -- num movimento em que, a partir de uma dada etapa correspondente aos tempos modernos, os vectores da complexidade e da velocidade disparam -- adquiriu e possui, com efeito, um peso qualitativo *acrescido* na determinação do destino dos povos.

Num marco não apenas atomizado (privado, ou de casta), mas verdadeiramente *social*, o *cultivo científico* dos saberes devém, por isso, e de um modo intensificado,

condição de *participação* qualificada (em qualquer tabuleiro do viver, que não só o da concorrência),

plataforma para o encontro efectivo de respondimento a *problemas complexos* (que não se resumem áqueles que imediatamente a chamada «globalização» hodierna acelera),

ingrediente da *liberdade* informada (que não se restringe à volatilidade rapsódica de opiniões manipuláveis periodicamente sufragadas),

pilar de *soberania* (como expressão colectiva da autonomia de se dar um destino).

No estágio de desenvolvimento histórico que vivemos, e como resultado de longos e duros combates de civilização (que se não encontram terminados, e podem decerto conhecer recuos), a *colectividade politicamente organizada* -- é nesse sentido que tomo aqui o *Estado* na sua figura *democrática* genuína, e não como mero dispositivo governamental, ou como conjunto de aparelhos de dominação de classe -- assume, em termos constitutivos (*ainda que não de monopólio exclusivo*), a responsabilidade *social* da qualificação dos seus membros.

Face à natureza intrínseca dos problemas, face à magnitude exigente e continuada das tarefas, face ao volume dos meios em permanência requeridos para um seu enfrentamento com possibilidades de se ver bem sucedido -- este âmbito colectivamente partilhado de responsabilidade (em que incumbe ao Estado assumir em pleno a sua razão de ser, e assomar como aquilo que é) perfila-se, na verdade, como aquele em que as soluções organizativas básicas, e o respectivo suporte de alimentação funcional, têm, de um modo estruturante e primacial, que ser encontradas.

Apesar do *crescendo* (pouco rossiniano) dos multiplicados apelos (de desvairados corifeus, coralistas, e coristas, variegados na indumentária de cena mas afinados no entono coreográfico) a uma gravosa regressão nos domínios em causa, esta responsabilidade *social pública* -- tal como a *democracia*, de resto -- configura uma *conquista* social e histórica. Levou tempo, deu trabalho, e proporciona patamares novos de afirmação e de desenvolvimento de humanidade.

Trata-se de uma *conquista*, porque teve efectivamente que ser conquistada, contra forças, correntes, e obstáculos que no caminho não lhe deixaram de ser erguidos; não porque corresponda garantidamente a um «adquirido», a um acervo morto e venerando, que dispense doravante a vitalização e o florescimento de um seu *exercício cuidado*.

É, de resto, neste quadro que, através de um contrato não escrito -- mas inscrito na Constituição (na *πολιτεία*) que vertebra o Portugal democrático saído da Revolução de Abril --, à *Universidade pública* está cometida a missão, eminentemente social, da cura científica dos saberes, e da formação superior do cidadanato.

#### § 5. *Um contexto de luta.*

Não vale a pena aqui omitir (por complacência distraída), nem disfarçar (por comodidade condescendente), que, quanto a estas encarniçadas matérias -- bem como quanto a muitas outras, aliás --, o contexto emoldurante instalado é de confrontação sonora, e de luta surda.

A generalidade das polémicas em torno da responsabilidade social do Estado no financiamento do ensino superior público toma aparentemente por expediente pretextual a escassez (declarada) dos recursos disponíveis e a insustentabilidade (iminente) de uma sua canalização continuada para este sector.

No entanto, a progressão rompante deste ataque encontra-se sobredeterminada por uma campanha de alcance bem mais vasto e sistémico. A pouco e pouco, foi fazendo o seu caminho, ao longo dos últimos decénios, desde as franjas toleradas da marginalidade académica até ao *main stream* imperativo da doutrina económica hegemónica, e recrutando adeptos -- mais ou menos deslumbrados e fervorosos no seu proselitismo apologético -- entre representantes destacados de sectores diferenciados de opinião.

O objectivo táctico do amaciamento das consciências para a aceitação conformada de uma *desresponsabilização pública* no financiamento do ensino superior -- tal como na saúde, na segurança social, na protecção na velhice, na legislação laboral e na contratação colectiva, na regulação do mercado e

das actividades económicas, etc., etc. -- visa mais longe e mais fundo. Insere-se, com todos os seus requebros dietéticos de minimalismo trombeteado, na grandiosa operação *estratégica* de um apregoado «emagrecimento» do Estado.

Trata-se, no entanto, -- vendo mais de perto as coisas, e os seus escancarados desenlaces -- de uma «dieta», no fim das contas, assaz curiosa quanto ao «regime» de que lança mão...

Desde logo, porque -- do mesmo passo que, afectando um ar grave e encarçando a voz no discurso, se enunciam objectivos de implacável combate universal às «adiposidades» detectadas (por norma, sempre nos mesmos sectores determinados que se encontram na linha de mira predilecta) -- se acrescenta alegremente a desorçamentação deslizando (tão desfaçada, quanto disfarçada), se engrossa o luzido cortejo de Institutos e «parcerias» várias, se fazem proliferar (não raro, em duplicação de serviços) Agências e «Fundações» de direito privado (mas de fundos públicos), se aumenta (e faz escorregar mansamente para gerações futuras) o endividamento.

Com alta probabilidade, aquilo que, porventura, acontece é que a «teleologia» -- o Professor Adriano Moreira diria, não sem propriedade: a «teologia» -- tem, afinal, outros desígnios.

O objectivo não reside propriamente num adelgaçamento ginasticado da silhueta do aparelho, mas, antes, na «descontinuação» e no esbatimento generalizados de mecanismos sociais de redistribuição da riqueza produzida, e, sobretudo, na transferência mais acelerada e desimpedida de receita pública para esferas de negócio privado -- que, todavia, mediante engenhosos e arteiros articulados contratuais, continuam a beneficiar de uma protecção pública de taxas de lucro atraentes, e de uma precavida socialização dos riscos e dos prejuízos em caso de naufrágio.

E não me venham, por outro lado, cantar (de mansinho, ou com estridência no esganiçamento) a axaropada lengalenga de que o custeio -- tendencialmente integral -- do ensino superior público pelos seus putativos beneficiários directos imediatos é que é uma verdadeira medida indutora de «justiça social» autêntica, uma vez que é «escandaloso» (e aqui a altura da «indignação» cresce) que os impostos dos pobres -- vá lá, sempre vão



reconhecendo sobre quem é que recai desproporcionalmente a carga fiscal -- estejam afinal a pagar a educação dos filhos dos ricos.

Na sua linearidade elementar, a «lógica» parece irrefutável: se, quanto ao grosso do contingente, os ricos é que têm a descendência a estudar no ensino superior público -- e, conceda-se, os remediados também, à custa de muito sacrifício (isto é, de privações em esferas de que o supérfluo não é timbre) --, desembolsem eles então o necessário para a obtenção do privilégio que em troca recebem.

Ora, o problema, na realidade *histórica* da sua implantação -- e portanto também da sua dinâmica --, não se coloca exclusivamente nestes termos, que uma determinada conveniência, tendo em conta os fitos que a animam, reduziu.

É do interesse da sociedade *no seu conjunto* -- no estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, e até para o exercício *democrático* de uma cidadania esclarecida e interveniente, indutora de transformações várias na orientação do destino colectivo (o que a alguns, reconheço, pode já não agradar tanto) --, não apenas que os abastados (ou que os reprodutores parciais dos seus padrões) se formem, mas, sim, que, de um modo alargado, o nível geral médio de formação superior suba, quer na ordem da qualidade quer no domínio da quantidade.

A política, uma política consentânea com este desiderato, entenda-se, tem, por isso, que dirigir-se, não, de um modo desencabrestado, à algibeira de aqueles que «tradicionalmente» (ou mediante esforços suplementares acrescidos) já frequentam (e que, entretanto, além disso, continuam a ser contribuintes do ponto de vista fiscal), mas à *promoção generalizada do acesso sustentado* -- estabelecendo para o efeito condições *reais* de uma sua possibilidade, que a gratuidade tendencial inegavelmente favorece (que mais não seja no plano simbólico da representação, que é aqui um factor social a não negligenciar) -- por parte de todos aqueles que tenham capacidade (algo que também não é apenas inato, isto é, que apresenta complexos e prolongados requisitos de desenvolvimento), revelem gosto (uma apetência que igualmente se educa em ambiente comunitário), e os provem pelo seu trabalho.

Neste particular, os mecanismos da «compra (mesmo se assistida) de cursos» revelam-se, e numa extensa medida, em demasia contraproducentes. Desde logo, porque -- atento o que, na verdade, se encontra em jogo, no que diz respeito à configuração e ao destino de uma comunidade, e das pessoas que a integram -- acabam, ou começam, precisamente, por distorcer o sentido do *cultivo* em que a formação no fundo consiste, por mistificar aquilo de que propriamente é o caso, e por transmitir ao conjunto diversificado dos agentes envolvidos uma exuberante cópia de sinais errados.

Com efeito, no que concerne o ensino, em geral, -- e portanto também este grau de uma sua expressão superior --, não nos movemos primacialmente no domínio das transacções comerciais sofisticadas, nem na esfera prosaica da produção com vista determinante ao embolsamento do lucro. A «mais-valia», que efectivamente é produzida, reveste-se aqui de uma outra natureza, e de outros contornos.

Enfim -- e para colocar a questão de um modo algo rasteiro na sua caricatura -- não nos encontramos no ramo do negócio de diplomas a fornecer, mediante retribuição adequada, à clientela ou à «freguesia» susceptível de se constituir como procura solvente. Estamos, sim, e muito pelo contrário, no cerne -- delicado e exigente -- de uma tarefa social complexa de qualificação superior do cidadanato, e de empreendimento sustentado do cultivo científico dos saberes.

Para além de enviesamentos vários na colocação e no enquadramento sistémico da questão, bem como das suas dinâmicas concretas, este caminho que preconiza o financiamento do ensino superior *público* pelo pagamento directo dos seus utilizadores imediatos -- mau grado os esforços bem-intencionados e sinceros de muitos que lhe vêm estudando aplicações mitigadas -- constitui um factor de reprodução de situações, e um elemento de reforço da sua moldura; e não -- como, por vezes, se pretende apresentar -- um vector de correcção das assimetrias e de transformação das razões em que assentam, basicamente, porque não ataca (nem pode atacar) a raiz dos problemas, mas apenas retoca (não sem sombreados populistas, a espaços, na propaganda que desta «solução» é feita) a maquilhagem de alguns dos seus efeitos.

Para a composição orgânica dos meios de financiamento e para a repartição dos custos (que, dentro dos limites de uma mera taxa de frequência, admito que possa ser equacionada), aquilo que é preciso, e é possível, prende-se, na realidade, com o delineamento e com a implementação de uma *outra política*.

Desde logo, uma *política* que, com lucidez e determinação, encare com consequência -- e, decerto, segundo uma orientação social diversa -- o ensino superior como bem público (e não como simples mercadoria cuja aquisição proporciona aos seus detentores putativas vantagens comparativas individuais futuras num adivinhado mercado de trabalho); uma *política* que, deixando-nos de rodeios e tergiversações, enfrente, com competência e com projecto, os desagradáveis problemas estruturais da tributação (e do seu arrecadamento e consignação); uma *política* que, como não pode deixar de ser, redesenhe com outro fôlego a estratégia de consignação dos recursos disponíveis no âmbito das diferentes responsabilidades do Estado.

Quanto à «injustiça social», que reconhecidamente é flagrante (mas que emerge de um manto subterrâneo que se situa, e move, a uma outra cota de profundidade), convirá recordar que de todo não será a «educação» -- por humanamente enriquecedora e por emancipadora que seja, e é-o, e por interferência que tenha na dialéctica do desenrolar dos processos, e tem-na -- que *por si só* a vai resolver.

Aquilo que aparece à superfície das ondas, e na orla da rebentação, como «injustiça social» -- goste-se, ou não, há que dizê-lo (para que possa eficazmente ser combatida) -- mergulha e enraíza, na verdade, em camadas ainda mais espessas e fundas do leito «oceânico» da sociedade, decorrentes de relações matriciais que estruturam o modo de produzir e de reproduzir o viver instalado nas nossas colectividades. Se a intenção política é a apregoada, é a esse nível económico e político substante que as intervenções se têm que materializar.

Importa, por isso, de facto, evitar confusões extrapolativas, e não reduzir apressadamente a «justiça social» à elasticidade do chamado «subir na vida», à mobilidade ascendente maior ou menor na escala social -- dentro, claro está, de parâmetros de fungibilidade que admitem uma certa renovação e um certo intercâmbio dos agentes individuais na posição relativa que aí ocupam,

mas em que a matriz reitora e a chave da distribuição se conservam, no essencial, intactas na sua estrutura (porque intocável permanece a relação de produção que desde a base as comanda).

Fechemos, porém, este atabalhado excuro, e regressemos ao fio condutor da nossa meditação de hoje.

Por detrás da necessária *discussão técnica* das *políticas* -- em que, decerto, não vale tudo, nem tudo se equivale -- aquilo que verdadeiramente está em causa é a *luta* em torno da *política*.

Esta luta, obviamente, é no terreno social e *político* que terá, de um modo primordial, que ser travada, num quadro *democrático* de cidadania esclarecida e interveniente.

#### § 6. *De um certo mau uso da abstracção.*

Desde os primórdios da constituição e do desenvolvimento da economia política moderna que o princípio metodológico do *caeteris paribus* vem adquirindo destacado papel de relevo.

Diz-nos, em súpula, este princípio que, admitindo-se que os demais elementos do complexo em apreço permanecem constantes (ou sofrem apenas modificações negligenciáveis), se devem estudar os traços e o comportamento dinâmico desta ou daquela variável abstractamente isolada.

Trata-se, em parte, de um procedimento inescapável, na correcta medida em que funda a estrutura da própria *análise* como método. Todavia, ele não representa, de modo nenhum, um dispositivo teórico que não possa, nem deva, *in concretis* ser submetido a *crítica*: isto é, a rigoroso e fundamentado exame.

Esta exigência acusa os seus traços, desde logo, que mais não seja, porque, muitas vezes, por precaução ou por habilidade, se deixam, de acordo com as conveniências do momento, liminarmente fora do horizonte de consideração elementos e perspectivas que, por exemplo, fundam a possibilidade de um enfrentamento do problema em causa, e de uma busca de soluções para ele, a uma outra luz.

A abstracção -- isto é, considerar apenas alguma ou algumas das determinações de uma coisa, de uma relação, ou de um processo, sem atender às outras -- representa, sem dúvida, algo de necessário, e até de potenciador da inteligibilidade, mas raramente será inocente.

Correndo embora o risco da caricatura (que alguns não deixarão de classificar, não sem reparo, como preconceituosa), toda a gente compreenderá -- independentemente do ajuizamento próprio que sobre a matéria cada um tiver -- que não é a mesma coisa esquematizar e abordar o problema dos «custos salariais», da «produtividade» do trabalho, do investimento «produtivo», etc., colocando (como em muita da doutrina e da tratadística ocorre), ou não colocando, entre parênteses (isto é, no agasalhador elenco do referido *caeteris paribus*) a taxa de lucro esperada.

E procedimentos de índole análoga verificam-se, igualmente, de modo apropriado, com a análise de muitas outras questões atinentes à esfera da economia.

Neste particular, e quanto ao tópico que nos ocupa, corre pois sérios riscos de se converter em falácia a propalada perspectiva segundo a qual subsiste uma inultrapassável antinomia entre incorrer em custos com o ensino superior e gerir com disciplina o dinheiro dos impostos, ou o dogma -- não menos disseminado -- de que o aumento do financiamento do ensino superior público só é possível com expansão orçamental, aumento da dívida, e indisciplina geral das finanças públicas.

A estafada (e estafante) anedota da manta curta -- que, pretendendo cobrir as extremidades de um corpo em repouso, ora destapa os pés, ora a cabeça -- só guarda o seu popular impacte imagético «intuitivo», na medida em que, de entrada, se tome como algo de adquirido, e de inelutável, a imutabilidade de, pelo menos, dois dos dados centrais da aporética: estatui-se à partida que a coberta é a mesma, e define-se, por outro lado, que o organismo a tapar não encolhe, não se agita, ou, em rigor, que não sofre alterações estereométricas.

Transposta a metáfora para o domínio do económico, em geral, e consideradas as coisas na concreção da sua processualidade real, não é, porém, de excluir que muito de aquilo que é inicialmente declarado invariante

(numa determinada moldura de pressupostos e de termos de referência) não conheça, ou não possa conhecer, variação -- desde logo, por exemplo, através de aumento ou diminuição absolutos, por incremento da complexidade na ordem interna ou na envolvimento externa, ou por redistribuição relativa do peso dos factores na composição orgânica do todo, à luz de outras escalas de prioridades.

Por isso é que, designadamente, a questão dos «incompressíveis» (que uns agitam) e a constrição da «rigidez» da estrutura dos custos (de que outros se lamentam) se apresentam sempre, na prática, como tão complicadas e merecedoras de aturado exame crítico, num quadro, ademais, por onde, manifestamente, a contradição dos interesses não deixa, aberta ou sorrateiramente, de irromper.

É por isso também que -- acerca de tudo, em qualquer caso, e sobremaneira nos mais intrincados -- é preciso pensar (ainda que nunca perdendo a consciência de que, só por si, o matutar também não traz garantias automáticas de achamento de soluções efectivas), e investir o maior rigor disponível na colocação dos próprios problemas.

As dificuldades que desafiam, na verdade, não são simples, nem estão isentas de reflectir o afloramento perturbador dos conflitos e das contradições que as determinam e condicionam.

No entanto, aquilo que sempre importa ter presente, para poder atacar com discernimento e eficácia os problemas, é a necessidade de os *estabelecer* correctamente no quadro de *concreção* que lhes corresponde, e no *movimento* contraditório que descrevem -- isto é, sem descartar, por habilidosa negligência subrepticamente consentida, algumas variáveis, porventura, mais incómodas (consoante a posição a partir da qual o discurso se enuncia) ou inaceitáveis (para determinados interesses).

O combate ao desperdício e às ineficiências, o reequacionamento da logística e o redesenho de circuitos, o controlo orçamental e a qualidade da despesa pública -- são, sem dúvida, frentes de batalha em que (desde logo, na situação que globalmente partilhamos) é indispensável investir lúcido e eficaz empenhamento.

Simplemente isto não significa -- a não ser na prossecução de uma *política* determinada (servindo objectivos determinados, mas questionáveis, a cuja desmontagem importará decerto, em outras sedes e com maior competência do que aquela que não possuo, proceder) -- que a única ou que a preponderante via que em aberto se deixa (e pela qual se envereda, desde já, com o fulgor entusiasmado que a correlação das forças em presença consente) seja a da transferência (brutal, ou almofadada) da responsabilidade financeira do Estado (em domínios que, em próprio, historicamente lhe incumbem) para o bolso do cidadão (que, entretanto, continua, ou não continua, ou continua segundo fortes assimetrias na evasão e na capacidade de evasão, a pagar os seus impostos, isto é, a alimentar o fundo que lhe cabe administrar).

A consideração das *políticas* no que diz respeito ao financiamento do ensino superior público não pode, na verdade, quando o exame da questão baixa aos alicerces do edifício, fazer por inteiro abstracção da *política* que comanda os assuntos do nosso viver comunitário.

E na radicalidade desta pendência, só não percebe quem não quer perceber o valor efectivo, e a função almejada, do cansado (e cansativo) argumentário da invocada autoridade exógena -- que, inclusivamente, nem sempre a realidade corrobora --, de acordo com o qual as coisas têm fatalmente que passar-se assim, porque «os outros», «lá fora», também assim procedem, e, por isso, há que acompanhar o andor da procissão...

De facto, o óbice não reside propriamente em a Maria ir com as outras, mas na direcção que o rancho cantarolando segue.

### § 7. *Algumas clarificações.*

Importa, por isso, não turvar águas (mesmo se encapeladas), não obscurecer a paisagem com nebulosidades artificiais, não promover o abundante regadio dos malentendidos.

Sem dúvida que um financiamento do ensino superior público *coerente* - isto é, à altura das exigências comunitárias dos tempos -- não dispensa, mas

antes impõe, uma gestão profissional e proficiente dos meios (directa e indirectamente gerados) que à disposição são colocados.

Sem dúvida que faz falta dar mais passos seguros no sentido da racionalidade e da racionalização dos dispositivos e dos circuitos propriamente económicos que rodeiam, articulam, e sustentam, este sector e o seu conjunto de actividades.

Sem dúvida que o controlo inteligente dos fluxos, das consignações, e dos resultados, é imprescindível para que a *accountability* desempenhe com seriedade e consequência a sua genuína função -- quero dizer: não descambe em trela hierárquica (retráctil, ou extensível, de acordo com as conveniências do momento) para pequenas feudalidades reaquecidas (a todos os níveis), e não se converta sem mais em mera cosmética (amplificada pela maledicência de paróquia, e por parangonas mediáticas várias) de imputação de culpas (a quem, na oportunidade, mais convier, segundo as prioridades de agenda e a mira dos tiros), mas se firme e afirme como verdadeira assunção de uma responsabilidade *social* de promover o avanço dos saberes e de elevar o nível médio da qualificação superior dos cidadãos.

Sem dúvida que a competitividade não pode ser descurada -- não segundo o deslumbramento corrente (e a beócia representação em voga) de uma concorrência selvática e desprovida de fôlego, mas entendida no seu sentido intrínseco de criação efectiva de competências ágeis que permitam disputar -- não contra os outros, mas com eles -- o jogo qualificante de que a missão do ensino superior se desempenha.

Sem dúvida que o cultivo da dimensão empreendedora é constitutivo; não para travestir de ilusório «empresário» (no limite: de «capitalista») todo e qualquer assalariado que, tornado mais vulnerável no seu estatuto, continua a vender a sua força de trabalho contra recibo verde, mas porque a capacidade de iniciativa e de autoria, de ponderar e de assumir riscos, de realizar -- em oposição às sabidas atitudes de acomodamento subserviente e caudatário (por exemplo, em relação à expectativa de cair no agrado dos chefes) -- forma um dos vectores incontornáveis de aquilo que significa *ser humano*, na sua intervenção prática (e autónoma, eticamente) na modelação e na remodelação das avenidas e dos carreiros deste mundo.



Sem dúvida que ... -- e a enumeração poderia prosseguir decerto um pedaço mais.

Só que tudo isto -- que nos faz recuperar a pergunta que ao princípio parecia abstracta e deslocada: que andamos nós cá a fazer ?, e que obrigatoriamente põe em marcha *políticas* -- não se processa realmente ao arrepio de uma *política* que lhe abre os contornos da respiração.

Uma *política* que tem que ser *construída* tendo em conta a concreção e a dinâmica das realidades -- e não ditada pelos peregrinos intérpretes de serviço dos figurinos que se pretendem impor a pretexto de provinciana «internacionalidade», ou decalcada de veneráveis alfarrábios e colectâneas de receitas que (mais presumida do que presumivelmente) acomodem as oraculares palavras da salvação e operem os milagres gastronómicos prometidos.

Uma *política*, ademais, em torno da qual há que estar disponível, e preparado, para a eclosão de legítima (e, em qualquer caso, justificada) controvérsia -- se atendermos à contraditoriedade real dos interesses sociais em presença e em convulsão.

#### § 8. *Remate.*

É tempo de concluir.

Não quero advogar nesta intervenção que se desatenda, descure, ou menospreze, o debate das *políticas*, em favor de uma catapultagem metafísica da conversa para arremedos de logomaquias abstractas acerca da *política*.

Pretendo, sim, e pelo contrário, que é necessário e urgente -- nos patamares, e nos tabuleiros, apropriados --, se me é permitido o uso de uma metáfora ferroviária aproximada, fazer a agulha do ramal de uma consideração exclusiva (às vezes, sabe-se lá como) das *políticas* para a via principal de uma consciência mais informada (e actuante) no que diz respeito à *política* que configura o horizonte e o campo de manobra do exercício delas.

A relação saudável do tema das *políticas* e da *política* não pode ser alternadamente -- quanto ao sentido em que a transposição do limite ou da

fronteira se faz, e no jogo sequencial das figuras -- a do portão corta-fogo (que estanca labaredas), a do biombo (que preserva de olhares indiscretos um dos recantos da sala), a da pantalha (onde manipulações adivinhadas do gesto evoluem como sombras chinesas), a da terapêutica de substituição (em que de uma para as outras se dança, e em que das outras para uma se salta, sempre que algum aperto mal-vindo aconselha, num fluente correr de cortina, uma rápida mudança da cena).

Não se trata nem de suprir, através de pretensa cogitação *política* bem nutrida e requintada, a esquelética capacidade técnica para lidar no concreto com os problemas de que as *políticas* se ocupam, nem de, a coberto de manejos subtis da tecnicidade exuberante das *políticas*, remover de modo destro do campo de exame (e, sobretudo, do campo da actuação) o teor da *política* que as comanda e a operação instantânea das transformações que o curso que até aqui tem vindo a ser seguido reclama.

Dir-me-ão, em tom grave e circunspecto, que é desmesura de ambição, que é complexidade em demasia -- que é mais recomendável que nos fiquemos pelo remendo diligente da trama já gasta das tapeçarias respeitáveis, por aquilo que, de alguma maneira, conseguimos agarrar com a mão ... e passar.

Sou forçado a replicar: problemas complexos não têm soluções simples -- ou pior: respostas «simples» que não atendam à complexidade dos problemas, e às suas dinâmicas em desenvolvimento, passam-lhes ao lado, mascaram-nos e robustecem-nos, não os resolvem.

Voltarão a dizer-me -- talvez com alguma condescendência amiga -- que é filosofice em excesso.

Respondo: sabemos infelizmente a quem interessa (e com que resultados) a debilitação do pensar, e a sua cuidadosa retirada preventiva para o arquivo dos reservados, para prateleiras vagamente esquecidas nas subcaves, onde fique delicadamente sepultado sem qualquer mordente sobre as realidades que pulsam à luz do Sol.

O pensar (mesmo o pensar «filosófico») não está garantidamente livre de se poder soltar pelo amarinhado trepadiço dos cordames da extravagância

nooesférica, nem de resvalar para as lindezas da ocupação ociosa e para outros estatelamentos deploráveis -- é certo.

Tal como, de resto, também não é menos seguro que a furiosa obsessão «pragmatista» de apressadamente impôr não importa o quê, sem se saber como, não possa transmitir (ao colégio dos incautos basbaques, ou aos mais inclinados para o fascínio boquiaberto) sensações inebriantes de frenesim na decisão e espantos íntimos quanto ao prodígio de liderança, ou não seja susceptível de trajar na aparência resplandecente lantejoulas de variação prometida -- todavia, só por raro e afortunado acaso comportamentos desta índole se encontram em medida de efectivar transformação com alcance.

Os tempos de crise são tempos de provação, e de exame.

Não arrastadamente à falta e à espera de melhor, mas para que o melhor possa com sentido ser trabalhado.

Não para que tudo fique na mesma, nem para que tudo pareça alterar-se a fim de que o substantivo permaneça intocado (como uma tirada famosa de uma das personagens de Giuseppe Tomasi di Lampedusa em *Il Gattopardo* lapidarmente regista); mas, pelo contrário, e fundamentalmente, para que aquilo que cai dentro de um espectro alargado (e não artificialmente afunilado) de possibilidades *reais* -- de possibilidades que negam de facto os protocolos de uma existência tornada dificilmente suportável -- possa conhecer, mediante o exercício prático empenhado de uma esperança trabalhada, merecidos caminhos de materialização de uma humanidade enriquecida.

E não se esqueçam de que a pergunta: que andamos nós cá a fazer ? se prolonga irremediavelmente por uma outra: que mundo nos preparamos nós para legar ?

Muito obrigado pela vossa paciência -- bem mais do que generosa.

Lisboa, Agosto de 2009.